

VIII.

O uso das PNAD's na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos*

José Marcos Pinto da Cunha
Alberto Augusto Eichman Jakob

Introdução

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Fato muito importante, considerando a crônica falta de informações periódicas sobre este fenômeno, que dependia para o seu diagnóstico e análise, exclusivamente dos dados decenais provenientes dos censos demográficos. Cabe ressaltar que durante os anos de 1980, em termos da produção de dados para o período intercensitário, estes passaram praticamente intactos¹.

Este fato, além de ter contribuído para a baixa produção, pelo menos entre os demógrafos, de estudos sobre a temática migratória nos anos 1980, também teve impactos principalmente sobre as projeções demográficas que, em geral, se equivocaram sobre o comportamento da migração durante

* Os autores agradecem imensamente a indicações técnicas de Leila Ervatti, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, assim com de seus colegas da Coordenação de Método do IBGE.

¹ Exceto em 1986, quando a PNAD conteve um suplemento sobre migração.

aquela década, comportamento este que, sem dúvida nenhuma, surpreendeu a todos os pesquisadores de área.

Nesse sentido, a introdução de quesitos sobre migração nas PNADs a partir de 1992 representou, indubitavelmente, um avanço sem precedentes para uma avaliação mais atualizada do fenômeno, e o reconhecimento, por parte do IBGE, da necessidade de se acompanhar de perto o comportamento migratório que, como todos sabemos, se apresenta com uma significativa dificuldade de previsão, tendo em vista seu caráter multifacetado, seja em termos dos seus condicionantes, ou mesmo em termos das modalidades que pode assumir. Na atual situação, de amplas e rápidas mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade e a economia brasileiras, mais do que nunca o acompanhamento passo a passo das transformações do fenômeno migratório se torna uma exigência para qualquer estudioso do tema.

Contudo, em que pese a grande oportunidade oferecida por essa fonte de dados aos pesquisadores, seus dados foram e continuam sendo muito pouco analisados. De fato, em função do que parece ser um misto de desinteresse, desconhecimento de suas potencialidades e descontentamento pelas restrições — particularmente as espaciais — impostas pela amostragem da PNAD, o que se tem percebido é um uso muito restrito dos quesitos sobre migração entre os estudiosos de população, em especial os demógrafos.

É nesse contexto que este texto tem por objetivo apresentar as potencialidades oferecidas por esta fonte para a análise e diagnóstico do fenômeno, bem como as restrições impostas tanto pelo seu desenho amostral, quanto pelos tipos de informações recolhidas; trata-se, portanto, de mostrar algumas possibilidades do que se pode ou não fazer.

É importante deixar claro que este trabalho não pretende ser exaustivo, muito menos apresentar grandes inovações em termos do uso dos dados para a análise da migração. Muito do que aqui será tratado beneficia-se das importantes contribuições de demógrafos e pesquisadores, que já trataram de esquadrihar as várias possibilidades dos dados censitários sobre migração, tais como: Martine (1984a); Carvalho (1985); Carvalho e Machado (1992); Carvalho e Rigotti (1998); Rigotti (1999); Brito e Carvalho (2006), e que são, de certa maneira, reproduzidas nas PNADs. Assim, o que se apresenta a seguir são reflexões advindas da experiência do uso desses

dados e do diálogo com outros especialistas, visando fornecer ao leitor um quadro, o mais completo possível, das várias possibilidades e potencialidades da fonte em questão.

A potencialidade das PNAD's como fonte de dados sobre migração²

Como já mencionado, pode-se dizer que a grande maioria da informação recolhida pelas PNADs das décadas de 1990 e 2000 sobre migração é da mesma natureza daquela captada nos censos demográficos, particularmente os de 1991 e 2000, assim como será no de 2010 e, por esse motivo, o seu uso pode e deve se beneficiar dos aportes metodológicos desenvolvidos por demógrafos ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000. Nesse caso, os esforços realizados foram de grande importância para a utilização mais exaustiva e, principalmente, criativa dos quesitos, de maneira a melhor caracterizar, analisar e descrever os movimentos migratórios.

Não obstante o anterior, há que se reconhecer que as PNAD's apresentam certas especificidades, de maneira que nem todos os desenvolvimentos metodológicos realizados que tem os censos como referências possam ser imediatamente aplicadas. De fato, apesar de essa fonte apresentar uma grande riqueza de informações que permitem acompanhar mais de perto o caminhar do processo migratório nacional, ela apresenta certas limitações que devem ser consideradas no momento da análise.

A primeira dessas limitações — e a mais óbvia — diz respeito ao tamanho e ao nível de representatividade da amostra da PNAD, pois não permite conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas regiões metropolitanas. Na realidade, essa limitação, que entre outros aspectos não permite, por exemplo, estabelecer fluxos migratórios em nível municipal, representa uma grande restrição, particularmente se se considera a atual configuração da questão migratória no país, que claramente se caracteriza pela crescente importância dos movimentos de mais curta distância e intra-regionais, como pode ser visto

² Esta seção se beneficia e reproduz parte das reflexões elaboradas em outro estudo sobre o uso dos censos demográficos na análise de migração (CUNHA, 2005).

em: Pacheco e Patarra (1997); Brito (2000); Cunha e Baeninger (2000) e Matos e Baeninger (2001); Baeninger, (2008).

De mesma forma, como será mostrado, parece ser que o tamanho da amostra também limita o uso da informação para Unidades da Federação de menor tamanho, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Ou seja, mesmo neste nível de desagregação as estimativas podem apresentar problemas. Além disso, não se pode deixar de considerar que a mesma limitação amostral impossibilita a grande flexibilidade dos censos demográficos em termos da gama possível de cruzamentos de variáveis e do número de categorias utilizadas para cada uma delas³.

A falta de coleta de informações para a zona rural da região Norte até o ano de 2003 também faz com que a PNAD não forneça um quadro completo para esta região anteriormente e este ano, que, como mostram estudos de Moreira e Moura (2000) e Cunha e Baeninger (2000), tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais. Somente as PNADs a partir de 2004 apresentaram uma abrangência nacional.

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão de menor importância, tendo em vista que o mais relevante seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios.

Enfim, a despeito da semelhança do tipo de informação levantada, a PNAD deve ser utilizada com certa cautela, muito embora a sua riqueza em termos de dados sobre migração e, o que é mais importante, sua periodicidade anual, a torne talvez a mais importante fonte atual de dados sobre o tema existente no Brasil. Não seria exagero dizer que, se no passado e provavelmente ainda

³ Apenas como exemplo dessa questão, a matriz migratória da migração interestadual (UF de origem versus UF de residência) obtida a partir da PNAD, em geral não suporta uma análise desagregada segundo a UF de origem dos migrantes para várias UFs com menor tamanho populacional. Mais complexa ainda seria alcançar a representatividade de uma tabulação por UF de origem e segundo alguma outra variável, como educação ou renda, por exemplo.

hoje existam algumas dúvidas sobre as grandes tendências migratórias no país, é porque, muito provavelmente, pouco se utilizou essa fonte.

Identificação dos migrantes e dos fluxos migratórios

As Nações Unidas, em seu famoso Manual IV *Métodos de medición de la migración interna* (1972, p.2) assim define a migração:

“La migración se define como un traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o traslado a una distancia mínima especificada) se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia”.

Como se nota nessa definição, são dois os elementos necessários para definir a migração: espaço e tempo. Mesmo que as definições adotadas pelas Nações Unidas, de “zona definitoria” e “intervalo de migração”, ainda que com várias ressalvas constantes no texto, fiquem um tanto nebulosas em função do caráter “polifacetado” do fenômeno [Nacões Unidas (1972, p.1)], a questão é que a conceituação de “migração” ou “migrante” passa necessariamente por um recorte espacial e temporal.

Bilsborrow (1996, p.5) também reconhece o caráter multifacetado do fenômeno ao identificar várias modalidades de deslocamentos populacionais, classificados com relação ao tempo de duração (*long-term* ou *short term*), a partir do qual pode-se definir movimentos permanentes, temporários, sazonais etc.:

In fact, the use of the term permanent should be avoided, as neither the migration is permanent — not even for nomads — nor is the residence, indeed, the lack of permanence is inherent in the definition of migration itself (...). It is desirable to distinguish these terms which are often used interchangeably: temporary migration may occur at regular or irregular intervals and is not necessarily linked to a particular season. It is therefore a more generic term that encompasses seasonal migration as a special case. Seasonal migration is most commonly, but not necessarily, link to the agricultural season: when labor needs are high at planting or harvesting times, people may migrate to that area to work; during slack seasons, people in the area may migrate elsewhere in search of work. Seasonal migration may also occur in relation to other activities, such as construction, road building, tourist services, et cetera. Circulation is probably more difficult to define, but in the interest of stimulating debate towards a common definition, I suggest that it be defined as movement within a 30-day period, whether for work or other reasons, that involves sleeping a series of consecutive nights away from home, and it repeated on a more-or-less regular basis in consecutive months, but

without changing one's perceived place of usual residence (...) In that sense it differs from commuting, or daily travel to a place of work or study.

Na PNAD, assim como nos censos demográficos, o caminho conceitual não é diferente. Assim sendo, os quesitos escolhidos para comporem o questionário da PNAD na dedicada à migração⁴, trazem embutidos, de certa forma, uma noção de migrante que precisa ser entendida, em suas qualidades e deficiências, para ser bem utilizada.

É bem verdade que não existe a melhor definição de migrante, mas sim aquela que melhor se adequa aos objetivos do pesquisador. Também é certo que nem sempre se tem, a partir de pesquisas do tipo censitário ou da PNAD, a informação que se deseja, uma vez que o caráter não-retrospectivo da maioria das questões impõe importantes limites à análise. Estudar um fenômeno nitidamente fruto de um processo a partir de dados resultantes de uma “fotografia” do momento é, sem dúvida, um obstáculo a ser transposto, tarefa que nem sempre é possível realizar⁵.

De qualquer maneira, tanto os censos como as PNADs, com alguns cuidados metodológicos e, sobretudo, muita criatividade, podem oferecer um conjunto de informações sobre os movimentos migratórios suficientemente consistentes e adequados para um conhecimento do fenômeno.

Embora se acredite que tempo e espaço devam caminhar sempre juntos nas análises sobre a migração, tendo em vista que para cada “tipo” de movimento, de uma forma ou de outra, sempre corresponde um momento específico (etapa) da trajetória social, econômica, política etc. de um determinado território, nesse texto optou-se por apresentar de maneira separada cada um desses elementos abordados nas PNADs.

Os recortes espaciais e temporais na PNAD

Ainda que tanto o estado quanto o município sejam considerados como referência espacial na formulação dos quesitos sobre migração nas PNADs, deve-se considerar que, pela especificidade amostral já comentada, somente

⁴ Para o questionário da PNAD 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/questionarios_pnad_2009.pdf>. Acesso em: 13/07/2011.

⁵ Essa discussão é muito interessante, mas foge do escopo deste trabalho. Para maiores detalhes sobre esse tipo de desafio analítico, ver Martine (1980) e Cunha 2005.

no caso das Unidades da Federação (UFs) é possível estabelecer os fluxos migratórios. Quer dizer, mesmo que exista informação que permite catalogar o informante como um migrante intermunicipal, o dado recolhido sobre o lugar de origem⁶ do movimento somente permite caracterizar o fluxo migratório em nível de UF.

De qualquer forma, existem pelo menos três diferentes maneiras de identificar a origem dos migrantes:

- UF de nascimento;
- UF de residência anterior;
- UF de residência cinco anos antes.

Foge do escopo deste texto uma discussão aprofundada das vantagens e desvantagens da utilização de cada um desses quesitos, uma vez que isso já é feito neste mesmo livro por José Irineu Rigotti que discute as potencialidades dos Censos Demográficos. Além disso, tal discussão também consta de vários outros trabalhos bem mais aprofundados (NAÇÕES UNIDAS, 1972; MARTINE, 1984A; CARVALHO, 1985; CARVALHO; MACHADO, 1992; CARVALHO; RIGOTTI, 1998; RIGOTTI, 1999; RIGOTTI, 2000; ALBUQUERQUE; SENNA, 2002)⁷.

O importante a salientar aqui é que, a partir de qualquer dos três quesitos, é possível, pela PNAD, esquadrihar os fluxos migratórios em nível das UFs simplesmente pela tabulação cruzada entre “residência atual” - destino - e “residência prévia” - origem (nascimento, cinco anos antes ou última residência).

⁶ Na verdade, já nos anos 1960 e 1970, quando ainda era clara a predominância dos fluxos interestaduais e rural/urbano, Singer (1980, p. 237) considerava difícil falar em origem, tendo em vista o caráter da migração como “processo social”, onde “a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo”, e que, portanto, cria um “fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino”. Mais contemporaneamente, esse conceito fica ainda mais difícil de ser precisado, tendo em vista as grandes transformações sofridas pela sociedade brasileira em termos de seu processo de urbanização, dinâmicas regionais, reestruturação e desconcentração produtiva, etc. Estas têm implicado no aparecimento de novos ou no incremento de certos tipos de movimentos populacionais em detrimento de outros, num aparente aumento da circulação, fruto da instabilidade do migrante em termos de sua inserção nos destinos (BAENINGER, 1999; CUNHA; JAKOB, 1999; CUNHA; DEDECCA, 2000). Assim sendo, neste texto o termo se utiliza simplesmente como indicativo do ponto da trajetória do indivíduo que gerou um fluxo em direção a outro local, ponto este que, como se verá, pode variar segundo o tipo de informação utilizada.

⁷ Ver também o texto de Rigotti, neste livro.

Mesmo “preso” ao recorte espacial da UF, variações dos tipos de migrantes poderiam ser obtidas ao se combinar as perguntas anteriores entre elas e com outras, como aquela referida ao “tempo de residência”, o que amplificaria ainda mais as possibilidades da informação. Nesse sentido, há que se destacar que a definição mais detalhada da trajetória dos indivíduos permitiria a construção de tipologias mais complexas dos movimentos, o que, sem dúvida, contribuiria para o enriquecimento da compreensão dos processos migratórios, os seus condicionantes e as suas consequências⁸.

É muito comum que os estudos sobre migração considerem o tempo de residência do indivíduo, não apenas por sua importância para caracterizar distintas coortes ou “ondas” de migrantes, mas, sobretudo, por seu significado na interpretação dos diferenciais identificados entre aqueles que chegaram ou saíram de um determinado local. No entanto, é sempre bom ter em mente que as características da informação coletada em levantamentos como a PNAD, ao considerar apenas os “sobreviventes” - ou seja, aqueles que não morreram ou voltaram a migrar - acabam colocando questões complexas para a análise dos dados sobre tempo de residência.

Assim, como mostra Martine (1980) em seu clássico texto, é sempre difícil avaliar se diferenças encontradas entre migrantes novos e antigos ou entre estes e os naturais se devem realmente a um processo de assimilação ou simplesmente à “sobrevivência dos mais fortes”. Na verdade, foge dos objetivos deste texto discutir tais questões, mas é muito importante que o leitor tenha em conta essa problemática no momento de utilizar a informação sobre tempo de residência dos migrantes.

Mesmo individualmente, o tempo de residência seria um elemento suficiente para definir a condição de migrante ou não-migrante do indivíduo. De fato, bastaria que esse tempo fosse menor do que a idade do declarante para que ficasse configurada a existência de pelo menos um movimento prévio. Vale lembrar, no entanto, que, como salientado anteriormente (BILSBORROW, 1996), o tempo de duração da residência pode dar conotações distintas ao

⁸ Não é demais lembrar que cuidados especiais devem ser tomados no momento de tabulações mais complexas envolvendo duas ou mais variáveis com relação às possibilidades dadas pela amostra, particularmente para aquelas UFs de menor tamanho populacional. Nesses casos, é importante consultar um estatístico ou mesmo o próprio IBGE sobre o número mínimo de casos necessários para a validação dos dados.

caráter permanente ou não da migração. Contudo, a especificidade do dado da PNAD não permite que se tenha clareza sobre este aspecto, já que para um indivíduo com pouco tempo de duração não se pode saber se sua residência será definitiva, ou se ele é um migrante temporário, etc⁹.

A PNAD traz em seu questionário dois tipos de duração de residência: na UF e no município. Pode-se notar que, embora cada qual se refira a tempos diferentes, é possível saber, pelo cruzamento de ambos, por exemplo, se o indivíduo não natural de uma determinada UF é também um migrante intra-estadual (tempo na UF maior do que o tempo no município) ou apenas interestadual (tempo na UF igual ao tempo no município)¹⁰. Contudo, não há dúvidas que essas informações seriam imensamente enriquecidas se a elas fosse agregado algum elemento espacial.

Assim sendo, mesmo tendo sido comentados em separado, espaço e tempo deveriam sempre andar juntos quando se trata de pensar o estudo do fenômeno migratório. Nesse sentido, como se mostrou, a PNAD, apesar de algumas limitações, constitui-se em uma fonte muito rica e interessante a ser aproveitada.

Análises sobre as características da migração

As possibilidades da PNAD para o estudo da migração não se limitam às formas de identificação dos migrantes, aos volumes, aos fluxos e às intensidades. Na verdade, dada a riqueza dessa fonte, no que se refere à caracterização socioeconômica e demográfica da população, várias outras questões poderiam ser consideradas de maneira a melhor entender o fenômeno migratório. Sem a presunção de esgotar todas as possibilidades, o que se apresenta a seguir são apenas algumas sugestões de dimensões a serem consideradas.

Antes, porém, é importante lembrar que, a despeito do volume de informações disponíveis, quando se trata da análise de processos migratórios,

⁹ Na verdade, para se enfrentar uma discussão desse tipo seria necessária uma pesquisa especialmente desenhada para tal, entre as quais aquelas do tipo de segmento de coortes (*follow up*) talvez fossem as mais recomendadas.

¹⁰ Mesmo assim, como os tempos são reportados em anos completos (1, 2, 3 etc.), é sempre possível que, ainda com valores iguais, o tempo na UF fosse maior de que no município se estes tivessem sido computados, por exemplo, em meses ou dias.

uma limitação importante decorre da natureza de muitos dos dados levantados na PNAD: seu caráter não-retrospectivo. Na verdade, com exceção de um quesito referente à ocupação prévia do indivíduo, a grande maioria das informações coletadas diz respeito ao momento do levantamento (como uma verdadeira fotografia) que, se não inviabiliza seu uso, já que ao menos permite discutir a forma de inserção do migrante no lugar de destino, no mínimo o torna pouco satisfatório para enfrentar várias questões. Este é o caso, por exemplo, de estudos que buscam conhecer as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes no momento de suas mudanças. Nesse particular, algumas alternativas podem ser levantadas no sentido de resolver ou, no mínimo, contornar tais problemas.

Na verdade, do ponto de vista de certas variáveis demográficas, com claros significados analíticos para o estudo da migração, a idade, tipo de família, ciclo vital e estado civil seriam passíveis de mudanças com o tempo e/ou com a migração e, portanto, poderiam não refletir a situação vigente no local de origem. A seguir apresentam-se algumas sugestões de manuseio do dado:

- a) Idade: um procedimento bastante aceitável para transformá-la em “idade no momento da migração” seria subtrair seu valor do “tempo de residência no município” do indivíduo¹¹;
- b) Tipo de Família: tendo como referencial o chefe da família, pode-se cotejar a “condição migratória” (origem do movimento e tempo de residência no destino) deste e dos outros membros como forma de se obter pistas aproximadas sobre a situação dessa família no momento da migração (se já existia, se era tal como captada pelo censo etc.);
- c) Ciclo Vital: tomando como um indicador aproximado dessa variável a idade média do casal¹², o mesmo procedimento descrito no item “a” poderia ser utilizado nesse caso;

¹¹ Obviamente que esta aproximação seria adequada apenas para os migrantes com tempo de residência menor ou igual a cinco anos, já que apenas para estas durações tem-se a informação desagregada por anos simples.

¹² Na verdade, esta é apenas uma das formas possíveis de se aproximar ao ciclo vital da família, já que outras poderiam ser sugeridas utilizando não apenas a idade dos cônjuges, mas também a idade e número de filhos etc.

d) Estado Civil: assim como no item “b”, o estado civil do chefe da família poderia ser inferido a partir da comparação entre a sua condição migratória e a de seu cônjuge¹³.

Comentários semelhantes poderiam ser feitos para algumas características socioeconômicas:

Educação: como lembra Martine (1980), para a população adulta, esta variável estaria muito menos afetada pelo tempo e pela mudança de residência, o que a tornaria uma escolha interessante para os estudos migratórios que visem conhecer o perfil do migrante na origem do movimento.

Ocupação: como se sabe, esta variável pode ser afetada pela simples mudança de quadro domiciliar (rural para urbano ou vice-versa) ou de contextos socioeconômicos. Uma vez que a partir da PNAD é possível conhecer, caso tenham existido, dados sobre o trabalho anterior do indivíduo no período de um ano antes da data de referência do levantamento, fica aberta a oportunidade de se analisar, para aqueles migrantes com menos de um ano de residência na UF, a sua ocupação anterior, dado útil para estudos de mobilidade social¹⁴. Contudo, como na PNAD os quesitos sobre migração e trabalho não estão associados (ou seja, não se pergunta sobre o trabalho na residência prévia), há sempre a possibilidade de que, mesmo residindo há menos de um ano, o trabalho anterior não necessariamente corresponda àquele exercido no local de origem. De qualquer forma, o dado é interessante e pode se ter um grande potencial de uso. Infelizmente, ao contrário dos censos demográficos, nas PNADs não é coletada informação sobre a origem urbana/rural, sendo este um dado que poderia sugerir mudanças ocupacionais¹⁵.

¹³ Se o cônjuge tiver a mesma origem e tempo de residência do chefe, poder-se-ia supor que aquele tenha migrado com este. Contudo, não se tem a garantia de que isso seja verdadeiro, sem contar que para chefes viúvos ou separados é impossível saber o estado civil anterior.

¹⁴ Para uma discussão e revisão interessante sobre esse tema no caso da migração, ver Jannuzzi (2000).

¹⁵ Particularmente na PNAD, essa informação seria muito mais interessante, na medida em que, como mostram Silva e Del Grossi (1997) e Silva (1999), este levantamento permite várias análises sobre a relação entre lugar e moradia e lugar de trabalho.

Quão confiáveis seriam os dados derivados da PNAD para o estudo da migração?

Talvez uma das primeiras perguntas que deveria vir à mente do pesquisador ao utilizar qualquer fonte de dados, seria: serão confiáveis os dados que dela derivam? De fato, a avaliação da qualidade da informação dos dados a serem utilizados constitui parte fundamental de qualquer processo de investigação.

É claro que a tradição e a qualidade das PNADs como fonte para estudos socioeconômicos e demográficos não precisam ser postas em discussão, mesmo que, por terem sua expansão realizada a partir de projeções, seus dados absolutos não sejam necessariamente os mais próximos da realidade, particularmente nos anos mais afastados dos recenseamentos. Contudo, em se tratando da migração, a pouca utilização por parte dos estudiosos dos quesitos específicos sugere a necessidade de estabelecer algum tipo de controle sobre os seus dados.

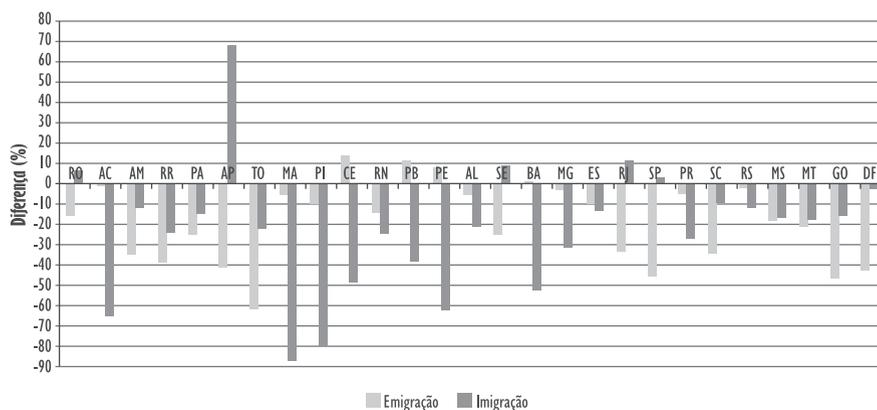
A forma encontrada para isso foi feita a partir da comparação com os dados censitários, estes sim, amplamente utilizados e com algum nível de consenso em torno da qualidade de suas informações quanti e qualitativas.

Optou-se por cotejar os resultados das matrizes migratórias obtidas de ambas as fontes, o que significava a possibilidade de comparação tanto de volumes de imigração e emigração totais, como de cada fluxo migratório específico. A estratégia adotada implicou a preparação de dois tipos de matrizes: a primeira utilizando o quesito sobre UF anterior para os migrantes com menos de 10 anos de residência; a segunda lançando mão da informação sobre data fixa, ou seja, sobre a residência dos indivíduos cinco anos antes da data do levantamento. Foram comparados os resultados do Censo de 2000 e a PNAD de 2001.

Como pode ser observado nos gráficos 1 e 2, ao comparar os resultados do Censo de 2000 e a PNAD de 2001, pelo menos em termos percentuais, as diferenças entre os volumes de imigração e emigração podem chegar a níveis elevados em algumas UFs, mesmo levando em conta que os graus de magnitude dos volumes estimados não sejam tão discrepantes (Anexo I). Na verdade, como já destacado, as especificidades da PNAD em termos de sua amostra — e, portanto, do erro amostral, — especialmente com relação às

Regiões Norte e Nordeste¹⁶, além do fato da sua expansão estar baseada em projeções, podem levar a tais diferenças o que indica a necessidade de certo cuidado ao utilizá-la.

GRÁFICO I - Brasil: diferenças percentuais entre os volumes de imigração e emigração captadas pelo Censo Demográfico de 2000 (*) e PNAD de 2001, por Unidades da Federação (Quesito "Última Residência")



Fonte: Fundação IBGE (2000; 2001).

(*) No Censo Demográfico de 2000 foram considerados apenas domicílios urbanos da Região Norte para efeitos de comparabilidade com a PNAD de 2001.

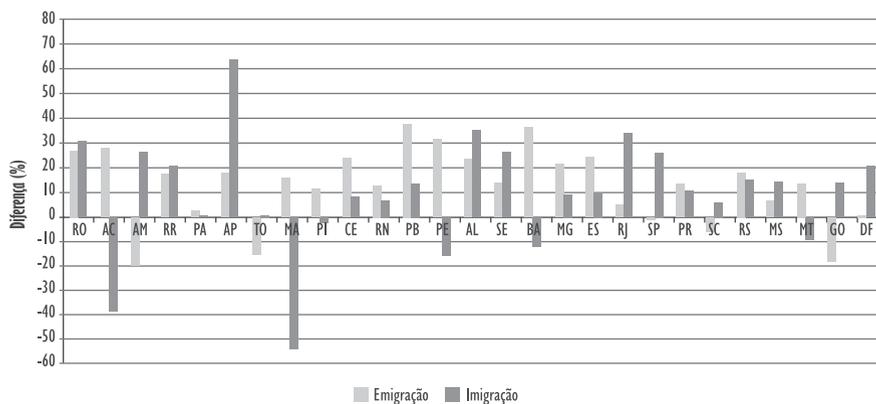
Na verdade, no caso da primeira forma de mensuração, ou seja, utilizando a última residência, seria de se esperar que os dados sobre emigração fossem, de fato, um pouco distintos entre as duas fontes, uma vez que no Censo Demográfico a captação da residência anterior, ao nível de UF, não é perfeitamente possível, considerando que, ao contrário do que ocorre na PNAD, a pergunta é feita tendo o município de residência anterior como referência. Assim, embora seja possível detectá-los, não se pode conhecer verdadeiramente a origem dos migrantes interestaduais que se deslocaram internamente no estado onde foram recenseados, dificultando, portanto, uma boa estimativa de emigração por UF¹⁷.

¹⁶ Segundo consulta feita aos técnicos do IBGE, isto se deve ao fato de que as amostras das regiões Norte e Nordeste são menores que a das outras regiões, além de serem mais concentradas nos municípios de maior tamanho.

¹⁷ A partir da identificação destes indivíduos (pelo seu tempo de residência na UF), Carvalho (1985) apresenta uma solução muito criativa para o problema ao realizar uma distribuição prorrata destes segundo a distribuição daqueles cuja origem se conhece.

Enfim, o que se pode dizer da comparação do Censo 2000 e PNAD 2001 é que várias das diferenças de maneira geral não são tão preocupantes. A não ser na Região Norte e, em menor medida, no Nordeste, há razões para se pensar que a fidedignidade dos dados deste último levantamento seria bastante boa para se aferir as tendências migratórias das UFs. É importante que se diga também que a avaliação de tendências utilizando apenas as próprias PNADs seria ainda mais robusta uma vez que, neste caso, estar-se-ia controlando as fontes de possíveis erros.

GRÁFICO 2 - Brasil: Diferenças percentuais entre os volumes de imigração e emigração captadas pelo Censo Demográfico de 2000(*) e PNAD de 2001, por Unidades da Federação. (Quesito "Data Fixa")



Fonte: Fundação IBGE (2000; 2001).

(*) No Censo Demográfico de 2000 foram considerados apenas domicílios urbanos da Região Norte para efeitos de comparabilidade com a PNAD de 2001.

Tendo em vista que os resultados já apresentados são bastante promissores em relação ao uso da PNAD, considera-se que, para se chegar a uma conclusão um pouco mais sólida, também seria importante observar os resultados em termos da configuração dos fluxos migratórios revelados por esta fonte, novamente tendo como parâmetro o Censo Demográfico. Foram preparadas as tabelas 1 e 2, que apresentam a constituição dos fluxos migratórios para algumas das principais áreas de evasão e invasão do país.

TABELA 1 - Comparação das distribuições relativas dos fluxos migratórios para algumas áreas de expulsão do país: Censo 2000 e PNAD 2001 (Quesito: Datafixa)

Destino	Origem								Total
	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	São Paulo	Minas Gerais	RJ+ES	Paraná	SC+RS	
PNAD 2001									
Mato Grosso	9,3	33,5	18,2	13,3	1,7	.	14,0	10,0	100,0
São Paulo	48,9	10,9	4,2	.	14,4	5,1	13,0	3,5	100,0
Rio de Janeiro	46,3	4,0	3,1	22,3	16,1	5,3	1,1	1,8	100,0
Rôndonia	8,3	25,3	25,3	10,3	7,7	13,4	8,8	1,0	100,0
Roraima	53,2	2,1	43,1	0,5	.	.	1,1	.	100,0
Censo 2000									
Mato Grosso	12,0	24,7	18,8	11,9	3,9	1,5	16,8	10,2	100,0
São Paulo	57,7	7,0	2,5	.	14,6	4,7	10,7	2,8	100,0
Rio de Janeiro	50,3	4,8	4,7	14,1	15,1	5,7	1,8	3,5	100,0
Rôndonia	14,9	24,2	20,8	11,2	6,2	7,6	11,4	3,7	100,0
Roraima	35,8	4,3	52,8	1,5	1,2	1,7	1,2	1,6	100,0

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP).

Tabela 2 - Comparação das distribuições relativas dos fluxos migratórios para algumas áreas de expulsão do país: Censo 2000 e PNAD 2001 (Quesito: Datafixa)

Origem	Destino						Total
	São Paulo	Centro-Oeste	Sul	Norte	Nordeste	Resto do Sudeste	
PNAD 2011							
Ceará	25,7	10,3	2,8	6,8	39,4	14,9	100,0
Pernambuco	43,3	6,7	2,1	2,9	35,2	9,7	100,0
Bahia	47,7	13,5	1,5	2,2	11,1	24,0	100,0
Minas Gerais	41,3	18,7	2,0	3,3	12,7	22,0	100,0
Paraná	40,6	12,3	36,2	3,0	2,9	5,0	100,0
Censo 2000							
Ceará	36,2	11,4	2,5	7,5	23,9	18,5	100,0
Pernambuco	47,1	5,7	1,7	2,7	32,2	10,4	100,0
Bahia	53,9	12,4	1,8	1,5	11,5	19,0	100,0
Minas Gerais	44,3	17,4	3,9	3,5	9,2	21,6	100,0
Paraná	39,4	16,1	30,9	3,7	3,4	6,4	100,0

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP).

Como se percebe pelos dados apresentados, existe uma grande semelhança na estrutura da migração segundo os fluxos migratórios entre as duas fontes. De fato, a não ser no caso de Roraima para as áreas de imigração líquida e Ceará para as áreas de emigração líquida e mesmo assim com diferenças que não superam os 18%, os resultados apresentados mostram que a PNAD parece refletir com bastante acurácia os fluxos migratórios

estabelecidos entre as Unidades da Federação. De qualquer maneira, uma vez mais fica muito claro que a qualidade da informação para as regiões Norte e Nordeste exige muito cuidado nas análises a serem feitas.

Considerações Finais

Os estudos empíricos nas ciências humanas, nos quais se inclui a demografia, em sua maior parte resvalam nas dificuldades de levantamento de dados, que acabam sempre impondo ao pesquisador um desafio não apenas conceitual, mas também operacional e financeiro. Recolher informações, particularmente boas informações, nem sempre é tarefa das mais fáceis e baratas.

Nesse sentido, é evidente reconhecer que a possibilidade de se utilizar um instrumento com as características e a periodicidade das PNADs torna-se uma significativa vantagem. Contudo, a despeito disso, nem todos os estudiosos e, em particular, os “migrólogos” – por sorte já com várias e honrosas exceções – encontram nesta fonte um elemento de inspiração e motivação.

Este texto tratou de mostrar como as informações disponíveis nas PNADs podem contribuir para um mais amplo e melhor conhecimento do fenômeno migratório. Mesmo considerando suas limitações, impostas pelas especificidades amostrais, demonstrou-se que várias questões poderiam ser encaradas a partir do uso isolado ou combinado de vários dos seus quesitos.

Com o incrível e alucinante crescimento da capacidade de processamento de informações e, sobretudo, com a facilidade de acesso aos dados, propiciada pelas políticas de disseminação do IBGE, hoje em dia o uso da PNAD não representa mais o desafio de anos atrás. Dessa forma, é fundamental que os pesquisadores do fenômeno migratório voltem seus olhos para as potencialidades dessa fonte, analisando-a cuidadosamente, gerando formas criativas de utilização, criticando-a, enfim participando ativamente do processo de sua concepção e contribuindo para o seu contínuo aperfeiçoamento.

Nesse processo não apenas poder-se-á avançar na caracterização e compreensão do fenômeno, mas também no reconhecimento da sua importância na dinâmica socioeconômica no nível nacional, regional ou local e, portanto, da sua relevância como recorte analítico para estudos sobre trabalho, renda, políticas sociais etc.

Referências

ALBUQUERQUE, F.R.P.C.; SENNA, J.R.X. Avaliação da informação de data fixa com base nos resultados das PNAD's da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

AMARAL, A.E.P.; NOGUEIRA, R.A.M. **A volta da Asa Branca:** um estudo sobre migração de retorno a Pernambuco. Recife: Fundaj/Facepe, 1993.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

_____. **Região, Metrópole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996. 1999, 231f. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: _____. **Migration, urbanization, and development:** new directions and issues. New York: UNFPA, 1996.

_____; OBERAI, A.S.; STANDING, G. **Migration surveys in low income countries:** guidelines for survey and questionnaire design. Unites States of America: Croom Helm, 1984.

BRITO, F.; CARVALHO, J.A.M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006.

_____. **Brasil, final de século:** a transição para um novo padrão migratório. Belo Horizonte, 2000. (Mimeo).

CAIADO, M. C. S. **Estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas:** a diferenciação socioespacial da população da região do Distrito Federal e Entorno. 2004. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. Estrutura urbana e mobilidade intra-regional: a região do entorno de Brasília. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

CARVALHO, J.A.M.; RIGOTTI, J.I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.15, n.2, jul./dez. 1998.

_____; MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no censo demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.9, n.1, jan./jul.1992.

_____. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.2, n.1, jan./jun.1985.

CUNHA, J. M. P. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, jun. 2006.

_____. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4, out./dez.2005.

_____; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo**: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

_____; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.17, n.1/2, jan/dez.2000.

_____; JAKOB, A. A. E. Quem entra e quem sai da região metropolitana de São Paulo: uma análise dos impactos da migração no perfil da população residente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 1999, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1999.

_____. (Des) Continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/1991: qual o efeito da crise? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana**: o caso da região metropolitana de São Paulo. 1994. 300f. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FUNDAÇÃO IBGE. **PNAD 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

HUGO, G.; CHAMPION, A.; LATTES, A. **New conceptualization of settlement for demography**: beyond the rural/urban dichotomy. Bahia, 2001. (Trabalho Apresentado na 42th Iussp Conference).

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**.

2003, 220f. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

JANNUZZI, P. M. **Migração e mobilidade social**: migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: ABEP. **História e população**: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

_____. et al. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1988.

_____.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.1, n.1, 1984.

_____. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, São Paulo. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1984a.

_____. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ABEP. **Censo, consensos, contracensos**. Belo Horizonte: ABEP, 1984b.

_____. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

MATOS, R.; BAENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente (versão em português). In: GENERAL POPULATION CONFERENCE - IUSSP, 24., 2001, Salvador. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001.

_____. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NAÇÕES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna**: manual VI. Nueva York, 1972.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'Neill, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; _____. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2011.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

RIBEIRO, J. T. L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste Brasileiro**. 1997. 206f. Dissertação (Doutorado) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____; CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996.

RIGOTTI, J. I. Estimativas de saldos e fluxos migratórios a partir do Censo Demográfico de 1991: uma aplicação para as mesorregiões de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 17, n. 1/2, 2000.

_____. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 1999. 142f. Dissertação (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____; RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

SALIM, C. A. **Estrutura agrária e dinâmica migratória na Região Centro-Oeste, 1970-1980**: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada. 1992. Dissertação (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

_____; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro - 1992-1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried E. Heuser, Porto Alegre, v. 25, n. 3, 1997.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

VAINER, C. B.; BRITO, F. Migration and migrants shaping contemporary Brazil. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE – IUSSP, 24., 2001, Salvador. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001.

Anexo**Quadros comparativos dos volumes de imigração e emigração utilizando o Censo e a PNAD**

Comparação entre os volumes de imigração e emigração, por Unidade da Federação
Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 - Questito "Última Residência"

Unidade da Federação	Emigração		Imigração		Diferença em %	
	Censo 2000	PNAD 2001	Censo 2000	PNAD 2001	Emigração	Imigração
Rondônia	156.844	175.269	181.399	113.433	-11,7	37,5
Acre	31.301	27.039	30.372	39.055	13,6	-28,6
Amazonas	121.527	146.499	160.371	163.620	-20,5	-2,0
Roraima	23.914	30.854	83.766	87.862	-29,0	-4,9
Pará	458.332	548.283	417.725	337.565	-19,6	19,2
Amapá	29.279	36.634	92.829	27.548	-25,1	70,3
Tocantins	152.481	221.498	199.032	206.384	-45,3	-3,7
Maranhão	577.239	531.941	228.006	424.917	7,8	-86,4
Piauí	322.249	348.000	182.872	329.993	-8,0	-80,5
Ceará	438.152	367.903	343.605	509.431	16,0	-48,3
Rio Grande do Norte	154.695	175.626	157.366	195.927	-13,5	-24,5
Paraíba	365.861	321.337	222.545	308.969	12,2	-38,8
Pernambuco	657.811	602.385	358.192	581.402	8,4	-62,3
Alagoas	283.828	298.420	128.268	155.562	-5,1	-21,3
Sergipe	118.011	147.613	112.419	102.008	-25,1	9,3
Bahia	1.152.657	1.121.508	529.196	805.009	2,7	-52,1
Minas Gerais	887.733	903.456	893.680	1.174.334	-1,8	-31,4
Espírito Santo	190.328	195.350	273.571	309.508	-2,6	-13,1
Rio de Janeiro	564.688	750.477	656.097	580.717	-32,9	11,5
São Paulo	1.763.892	2.556.086	2.836.446	2.749.311	-44,9	3,1
Paraná	797.499	825.275	614.723	778.604	-3,5	-26,7
Santa Catarina	286.856	383.328	403.948	441.112	-33,6	-9,2
Rio Grande do Sul	282.461	286.581	255.768	287.207	-1,5	-12,3
Mato Grosso do Sul	207.888	242.064	202.196	235.978	-16,4	-16,7
Mato Grosso	253.089	288.246	363.023	426.822	-13,9	-17,6
Goiás	365.044	513.025	692.932	802.257	-40,5	-15,8
Distrito Federal	393.240	558.068	416.552	428.230	-41,9	-2,8

Comparação entre os volumes de imigração e emigração, por Unidade da Federação
Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 - Questito "Última Residência"

Unidade da Federação	Emigração		Imigração	
	Censo 2000	PNAD 2001	Censo 2000	PNAD 2001
Rondônia	72.734	50.884	83.325	39.648
Acre	16.069	9.633	13.635	15.189
Amazonas	58.658	62.611	89.626	59.755
Roraima	14.380	10.999	47.750	32.606
Pará	234.235	217.772	182.045	130.212
Amapá	15.113	10.990	44.582	14.869
Tocantins	82.513	87.840	95.430	80.946
Maranhão	274.470	206.532	100.820	155.340
Piauí	140.815	123.276	88.736	90.992
Ceará	186.709	139.298	162.926	149.247
Rio Grande do Norte	71.286	61.470	77.917	72.493
Paraíba	163.485	100.972	102.005	88.076
Pernambuco	280.289	189.073	164.872	190.676
Alagoas	127.949	96.938	55.967	36.155
Sergipe	56.931	48.869	52.109	38.379
Bahia	518.038	323.782	250.572	281.119
Minas Gerais	408.659	314.525	447.781	406.642
Espírito Santo	95.166	67.413	129.169	116.580
Rio de Janeiro	274.212	259.133	319.749	209.390
São Paulo	883.884	889.766	1.223.809	899.213
Paraná	336.998	288.088	297.308	266.700
Santa Catarina	139.665	146.637	199.651	187.502
Rio Grande do Sul	152.891	123.903	113.395	95.636
Mato Grosso do Sul	108.738	100.397	97.709	83.657
Mato Grosso	123.726	100.511	166.297	181.594
Goiás	169.898	194.621	372.702	319.689
Distrito Federal	188.576	187.649	216.200	171.277